



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES NA ECONOMIA VERDE: Uma Análise Democrática e Socioambiental à Luz da Agenda 2030 da ONU

### Autor(res)

Ana Maria Foguesatto  
Diogo Ricardo Martins Balestra

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

### Introdução

No cenário contemporâneo, a relação entre desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental é um desafio global, exacerbado pela sociedade capitalista que, em sua busca por progresso, frequentemente negligencia impactos ecossistêmicos e disparidades sociais. A urgência de abordar essas questões é amplificada pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece um plano de ação universal para a paz e a prosperidade, englobando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas interligadas. Neste contexto, a educação ambiental transcende sua função pedagógica, consolidando-se como vetor estratégico para promover consciência crítica e catalisar transformações alinhadas aos ODS. A edificação de cidades resilientes, capazes de mitigar os efeitos adversos das alterações climáticas e de se adaptar a novos cenários (ODS 11), e a transição para uma economia verde, que harmoniza o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais e a equidade social (ODS 8, 12, 13), dependem intrinsecamente da capacitação e do engajamento cívico. A presente pesquisa científica propõe-se a explorar a interconexão entre a educação ambiental e a construção de um futuro urbano sustentável, pautado em princípios democráticos e bem-estar coletivo, analisando como a participação cidadã e a governança responsável podem forjar um ambiente equilibrado e justo, em consonância com os preceitos da Agenda 2030 da ONU. A discussão aprofunda aspectos democráticos e socioambientais, visando enriquecer o arcabouço jurídico-científico e fomentar políticas públicas que garantam a perenidade dos recursos e a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, em alinhamento com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

### Objetivo

Analisar a relevância da educação ambiental na edificação de cidades resilientes e na consolidação de uma economia verde, investigando a intersecção entre os imperativos democráticos e as dimensões socioambientais no contexto da sociedade capitalista, com especial atenção à sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

### Material e Métodos

A presente investigação científica empregou uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa,



alicerçada no método hipotético-dedutivo e na pesquisa bibliográfica exploratória. A análise inicial compreendeu uma pesquisa aprofundada em bases de dados acadêmicas e repositórios digitais, utilizando descritores como "educação ambiental", "cidades resilientes", "economia verde", "sustentabilidade socioambiental" e "Agenda 2030 ONU". A coleta de dados secundários foi direcionada à identificação de literatura pertinente que abordasse a interconexão entre a EA e a formação de ecossistemas urbanos resilientes, bem como a transição para modelos econômicos sustentáveis, sempre com o foco na contribuição para os ODS. A síntese das informações coletadas e a inferência de conclusões foram realizadas mediante análise crítica e comparativa dos constructos teóricos e empíricos, visando a elaboração de um arcabouço conceitual robusto para o tema proposto e sua relação com a Agenda 2030.

## Resultados e Discussão

A análise científica revela que a Educação Ambiental (EA) emerge como um pilar indispensável para a consecução de cidades resilientes, conforme destacado por Medeage (2025), contribuindo para a consolidação de uma economia verde, em total alinhamento com a Agenda 2030 da ONU. O estudo demonstra que a participação cidadã, fomentada pela educação ambiental, é essencial para a legitimidade e eficácia das políticas de sustentabilidade, promovendo a governança democrática e a transparência, elementos essenciais para o alcance da ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Para tanto, a educação ambiental, enquanto instrumento fulcral nas políticas públicas necessita ser renovada em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, promovendo a formação de uma população crítica e consciente (Leff, 2012). Este processo educativo, ao ser democratizado, possibilita a propagação de conhecimentos fundamentais sobre sustentabilidade e conservação ambiental nas comunidades, fomentando um engajamento ativo dos cidadãos nas questões ecológicas. A formação de indivíduos críticos se faz fundamental para que estes se tornem agentes de transformação social, capazes de questionar práticas predatórias e contribuir para o desenvolvimento de ambientes mais saudáveis e equilibrados.

A capacidade de uma cidade em se adaptar e mitigar os impactos das mudanças climáticas está intrinsecamente ligada à conscientização, através da Educação Ambiental, e, ao engajamento de sua população, bem como à integração de princípios de sustentabilidade no planejamento urbano, contribuindo diretamente para o alcance da ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), bem como, a satisfação da ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Além de fomentar a conscientização, a Educação Ambiental desempenha um papel crucial na qualificação dos cidadãos, permitindo-lhes a criação de empresas e organizações verdes (Abramovay, 2012). Essa qualificação não apenas promove a responsabilidade ambiental entre os empreendedores, mas também auxilia na governança das empresas, orientando-as a adotar práticas sustentáveis que minimizem os impactos negativos no meio ambiente (Machado, 2018). Como organizações que incorporam a sustentabilidade em suas operações não apenas atendem à demanda crescente por produtos e serviços ecologicamente corretos, mas também se posicionam favoravelmente nas esferas econômica e social, contribuindo para uma economia mais resiliente e inovadora.

Segundo Abramovay (2012), a transição para uma economia verde, demanda a reconfiguração dos modelos econômicos tradicionais, com a Educação Ambiental atuando como catalisador para a adoção de práticas sustentáveis, gestão eficiente de recursos e o desenvolvimento de setores industriais verdes, impactando positivamente o alcance da ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) alinhado com a ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). A conjunção desses esforços, de acordo com Medeage (2025), culmina na formação de cidades resilientes, onde a interação entre a Educação Ambiental, governança responsável e a



economia verde se torna um ciclo virtuoso. Dessa forma, a Agenda 2030 da ONU, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, serve como um guia para a implementação dessas políticas, incentivando a integração de práticas sustentáveis em todos os setores da sociedade (Barbieri, 2020).

Assim, ao investir na Educação Ambiental, não apenas se promove a conscientização e a capacitação dos cidadãos, mas também se estabelece as bases para um futuro mais sustentável, onde as comunidades se tornam protagonistas na construção de um mundo equilibrado e em harmonia com o meio ambiente.

## Conclusão

Conclui-se que a Educação Ambiental é fundamental para construir cidades resilientes e promover uma economia verde, sendo essencial para alcançar os objetivos da Agenda 2030 da ONU. Ao promover a participação cidadã e a formação crítica, fortalece a governança democrática, fomentando práticas sustentáveis nas esferas social e econômica. A reconfiguração dos modelos econômicos tradicionais, impulsionados pela EA, é primordial para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir um futuro equilibrado, promovendo assim, a transformação social e ambiental necessárias.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito a informação e meio ambiente. 2 ed., ampl. E atual. – São Paulo: Malheiros, 2018

MEDEAGE. Educação ambiental: O caminho para cidades sustentáveis e resilientes. Disponível em: <https://www.medeage.com.br/blog/educacao-ambiental-o-caminho-para-cidades-sustentaveis-e-resilientes>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.